

Parecer Jurídico  
Concorrência Pública nº 01/2023  
Revogação

Trata-se de consulta, com solicitação de Parecer Jurídico, por escrito, em que requer seja analisado a possibilidade de revogação do Processo Licitatório Concorrência Pública nº 01/2023, que tem por finalidade a contratação de empresa para execução de substituição de iluminação pública em diversas ruas do Município de Pérola, Paraná.

O procedimento licitatório se realiza mediante uma série de atos administrativos, pelos quais a entidade que pretende contratar analisa as propostas efetuadas pelos que pretendem ser contratados e escolhe, dentre elas, a mais vantajosa para os cofres públicos.

Em razão disso, essa série de atos administrativos sofre um controle por parte do poder público.

Assim, analisando os autos, observa-se que a licitação obedeceu aos ditames legais, sendo observadas as exigências contidas na Lei nº 8.666/93. Verifica-se que foram cumpridas as formalidades legais, tendo sido comprovada a devida publicidade do procedimento, a existência de dotação orçamentária etc. Restando, portanto, obedecidos os pressupostos legais da Legislação pertinente.

Razões pelas quais não há que se falar em ilegalidade, no sentido de respeito às formalidades procedimentais.

Ocorre que, conforme informação do setor de licitações, constatou-se falhas quando da confecção do edital e do termo de referência, assim, ao dar prosseguimento ao certame poderá ocorrer prejuízos ao erário, tendo a Secretaria, postulado, seu cancelamento/revogação, haja vista ser uma das funções da Administração Pública resguardar o interesse público.

Com efeito, necessário fundamentar no posicionamento da Jurisprudência pátria e pela análise da previsão do art. 49 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações a possibilidade da revogação do Procedimento Licitatório, com razão no interesse público, por ato da própria administração.

O art. 49 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, que trata da revogação do procedimento é de uma clareza exemplar no momento em que dispõe:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.





**PÉROLA**  
GOVERNO MUNICIPAL

Tratando-se assim, de fato pertinente e suficiente para justificar a revogação da licitação pela administração, com fundamento no interesse público, consubstanciado na preservação do orçamento público. Portanto, atendidos os requisitos do artigo supracitado.

De mais a mais, a Administração Pública tem o poder-dever, com ou sem provocação, de anular ou revogar o ato administrativo, sem que isso se constitua em ato de ilegalidade ou abuso de poder, lição assentada pelo STF no enunciado das Súmulas 346 e 473. Senão vejamos:

Súmula 346 do Supremo Tribunal Federal - "A administração pode declarar a nulidade dos seus próprios atos".

Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal - "A administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, rejeitando os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

O poder-dever da Administração Pública de rever seus próprios atos decorre exatamente da necessidade de resguardar o interesse público, revogando e anulando atos administrativos que, mesmo depois de praticados, se tornem lesivos aos interesses da administração.

Não há que se falar em contraditório e ampla defesa, conforme regra do artigo 49, § 3º da Lei nº 8666/93 e suas alterações, pois, quando a revogação antecede a homologação e adjudicação, é perfeitamente pertinente e não enseja o contraditório, haja vista, que não há direito adquirido das empresas concorrentes.

Diante do exposto, opino pela possibilidade de revogação do processo licitatório.

É o parecer. S. M. J.

Pérola, PR, 16 de março de 2023.

RODRIGO CALIANI  
Procurador Jurídico